

KAMALA
HARRIS

Copyright da tradução para a língua portuguesa © 2021 by Editora Nova Fronteira Participações S/A.

Título original: *Kamala's Way: An American Life*

Copyright © 2021 by Dan Morain

Todos os direitos reservados.

Publicado mediante acordo com a editora original, Simon & Schuster, Inc.

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela Agir, selo da EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Candelária, 60 — 7º andar — Centro — 20091-020

Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Tel.: (21) 3882-8200

Créditos das imagens de capa: San Francisco Chronicle/ Hearst Newspapers via Getty Images (capa); Christian Witkin/Trunk Archive (quarta capa).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Morain, Dan

Kamala Harris : a vida da primeira mulher vice-presidente dos Estados Unidos / Dan Morain ; tradução Adalgisa Campos da Silva , Maria Luiza X. de A. Borges; prefácio Flávia Oliveira. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Agir, 2021.

Título original: *Kamala's Way*

ISBN 978-65-58370-45-1

1. Biografia 2. Harris, Kamala, 1964- 3. Negros - Biografia 4. Políticos - Biografia I. Título.

20-52849

CDD-923.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticos : Estados Unidos : Autobiografia 923.2

SUMÁRIO

Capa

Folha de rosto

Créditos

Dedicatória

Prefácio

1. A filha de Shyamala

2. Aquela garotinha

3. Uma educação, o apartheid e um massacre

4. O gosto da política

5. Escolhendo seus objetivos

6. Virando destaque

7. Cortando cabeças... em sentido figurado

8. Policial abatido

9. Ficando “esperta” com o crime

10. Harris e Obama

11. A disparada louca
12. A mudança chega à Califórnia
13. A procuradora-geral Harris
14. A relíquia
15. Sinos de casamento
16. As malditas fotos
17. O colapso das hipotecas
18. Mulheres fenomenais
19. “Só um cara”
20. A mulher com pressa
21. Joe Biden dá uma mão a Harris
22. Fazendo suas escolhas
23. Travando a eterna guerra
24. “Vá pegá-los”
25. “Eu pretendo lutar”
26. Pisando no palco nacional
27. A resistência
28. “Eu faço as perguntas”
29. “Sim ou não”
30. Harris versus Kavanaugh
31. Uma morte na família
32. “Pelo povo”

33. Timing é tudo

34. Dançando na chuva

Agradecimentos

Colofão

Notas

PREFÁCIO

A certa altura de *Kamala Harris: a vida da primeira mulher vice-presidente dos Estados Unidos*, o autor informa que, por 74 mil votos de diferença, Kamala se tornaria a primeira mulher, primeira negra e primeira descendente de indianos eleita procuradora-geral da Califórnia. É o mesmo pioneirismo que, uma década depois, a filha mais velha de uma emigrante da Índia com um jamaicano levaria à Casa Branca.

Num país que jamais içara uma candidatura feminina à Presidência — que o diga a ex-senadora Hillary Clinton, derrotada por Barack Obama nas prévias democratas de 2008 e pelo republicano Donald Trump na eleição presidencial de 2016 —, Kamala Harris pavimentou cuidadosamente a carreira política na direção de Washington. Catapultada pela oposição a Donald Trump no Senado, ela queria ser presidente, mas sua campanha naufragou. Porém, acabou convidada para integrar a chapa de Joe Biden como sua vice-presidente, na esteira das manifestações antirracistas após o assassinato de George Floyd. Ela estava no lugar certo, na hora certa; como de hábito, não desperdiçou oportunidade.

Dan Morain é um jornalista que se dedicou por quase três décadas à política da Califórnia. Sua experiência profissional transborda nas páginas deste livro-reportagem, que perpassa pela origem, formação e trajetória de Kamala até sua escolha como candidata a vice na chapa democrata. Dá a impressão de ser o volume inaugural de uma série de

livros sobre a mulher que será a mais observada do planeta a partir deste 2021 — ela é vice do mais velho presidente empossado nos Estados Unidos e desponta como sua sucessora. O autor dedicou-se ao livro principalmente nos meses de setembro e outubro de 2020, auge da corrida eleitoral, o que não permitiu acesso à biografada e a seus familiares. Morain teceu a obra a partir das próprias memórias, do trabalho de colegas e da colaboração de pessoas que acompanharam a protagonista na intimidade e na carreira.

Kamala Harris traz os bastidores detalhados sobre situações e pessoas determinantes na vida de Kamala e esquadrinha o percurso da atual vice-presidente dos Estados Unidos a partir de ambientes e instituições pelos quais passou, estratégias que traçou, figuras de quem se aproximou e outras que descartou, causas que abraçou e as agendas que abandonou, brigas que comprou. É um livro sobre uma mulher negra escrito por um homem branco que enxergou as transformações sociais, econômicas e políticas na Califórnia e no país, reconheceu o talento e a potência da biografada, mas não deixou de apontar as contradições dela.

A biografia de Kamala Harris apresenta uma mulher negra forjada no ativismo, na educação formal, na empatia. Não há relatos de dificuldades financeiras, fome, abuso, superação, o rosário de estereótipos relacionados a pessoas negras de sucesso. Ela cursou o ensino fundamental numa escola de língua francesa em Quebec (Canadá), onde viveu com a mãe e também concluiu o ensino médio. Voltou aos Estados Unidos para estudar em Howard, universidade historicamente negra em Washington, DC. Lá viu o Bispo Desmond Tutu discursar contra o *apartheid* e acusar o governo Ronald Reagan de colaborar com a perpetuação do racismo na África do Sul.

O autor atesta que a admiração pela mãe não é conversa de palanque. Shyamala Gopalan, doutora em nutrição e endocrinologia, pesquisadora reconhecida sobre câncer de mama, falecida em 2009, é a grande referência de Kamala, sempre exaltada pela filha, em detrimento do pai, Donald Harris, também acadêmico, a quem ela

pouco se refere. Kamala costuma dizer que foi a mãe que ensinou a ela e à irmã, Maya — a quem é profundamente ligada e tem como conselheira política — o que era trabalho duro e idealismo. Ainda menina, era levada no carrinho pelos pais a manifestações por direitos civis nos efervescentes anos 1960. Desde cedo, Shyamala entendeu que características étnico-raciais afetariam a vida das filhas. Por isso, apresentou a ambas a herança indiana ao mesmo tempo em que as aproximou de referências da política e da cultura afro-americanas, entre as quais a cantora Nina Simone e a poeta Maya Angelou.

Kamala jamais militou indiscriminadamente, porém, nunca se mostrou indiferente ao sofrimento alheio, fosse individual ou coletivo. A morte de Tyrone Gayle, seu primeiro secretário de imprensa no Senado, é um exemplo: ela secundarizou a agenda política para prestar solidariedade a pessoas queridas. Divertida, informal, acessível, é mulher que gargalha e cozinha e dança e anda de tênis. Estratégica até a raiz dos cabelos, escolhe suas brigas e não se mete com o que não planeja. Objetividade, determinação, perspicácia e pragmatismo são características marcantes — para o bem e para o mal.

Ambiciosa, arquitetou cuidadosamente a ascensão como promotora de justiça e procuradora-geral. Alinhou-se à defesa dos desvalidos, aproximou-se de prestigiados doadores de campanha, tornou-se conhecida, fez inimigos. Visionária, em 2007, no alvorecer da campanha que daria a Obama o primeiro mandato na Casa Branca, apoiou o então senador quando democratas da Califórnia apostavam todas as fichas em Hillary Clinton e fez do ex-presidente um aliado. Em 2016, eleita senadora, recompôs-se após a vitória de Trump em um discurso histórico, no qual repetiu 26 vezes a palavra “luta” para se posicionar como opositora ao futuro governo. A experiência como procuradora a tornou protagonista de interrogatórios intensos com membros da gestão republicana em Washington, o que lhe deu relevância nas redes sociais e alimentou o sonho de encabeçar a candidatura democrata.

Ao longo da carreira como procuradora, foi uma incansável defensora do casamento entre pessoas do mesmo sexo e conseguiu assegurá-lo na Califórnia em 2013, dois anos antes de a Suprema Corte declará-lo direito constitucional igualitário no país. Na crise das hipotecas, enfrentou agentes financeiros e viabilizou acordo para ajudar famílias que perderiam as casas. Copatrocinou a lei que garantiu acesso de mulheres a serviços de assistência médica reprodutiva, incluindo o aborto legal. Viabilizou o cumprimento da legislação que confiscava armas de indivíduos impedidos de tê-las, entre tantos outros feitos.

As críticas mais ferozes a Kamala Harris vêm da atuação cautelosa, um tanto omissa, na reforma do sistema carcerário e no combate ao encarceramento em massa, agendas caras ao movimento negro progressista. Contrária à pena de morte, ela prometeu, como procuradora de São Francisco, nunca pedir a sentença capital, por mais hediondo que fosse o crime. Não cedeu nem quando um policial foi executado, o que a fez perder apoio entre a categoria. Por outro lado, não atuou para abolir a pena de morte nem em um caso emblemático da condenação à prisão perpétua por acusação indevida de homicídio. Ativa no enfrentamento à evasão escolar, idealizou um projeto em que pais fossem criminalmente responsabilizados pela ausência dos filhos nas escolas. São passivos da Kamala procuradora que rondam a vice-presidente. Assuntos para novos capítulos de uma biografia que apenas começou.

Flávia Oliveira
Jornalista

1

A FILHA DE SHYAMALA

Se Kamala Harris deve seu lugar na história a alguém, é à imigrante indiana de 26 anos que deu à luz a filha no Hospital Kaiser em Oakland, Califórnia, no outono de 1964. Talvez não fosse coincidência seu nascimento ter ocorrido apenas duas semanas antes do dia das eleições, e na Califórnia. Foi um ano e um estado que provaram ser a incubadora perfeita para uma garota que cresceu demonstrando que progresso social e política implacável andam de mãos dadas.

Aquela garotinha virou uma mulher forte, perspicaz, exigente, esforçada, inteligente, multifacetada e multicultural. Kamala Harris erra pouco e esquece menos ainda. Tem apoiadores fiéis que participaram de sua organização política desde o início e afastou pessoas que já haviam sido tão próximas como se fossem da família. Quando as câmeras estão desligadas, ela demonstra empatia e bondade por gente que não poderia ajudá-la, e uns poucos que a conhecem bem a veem como fria e calculista. Embora viva em um palco nacional, Harris compartilha poucos detalhes pessoais. É uma apaixonada por gastronomia que adora cozinhar e comer em bons restaurantes e em biroskas afastadas. Na única vez que almoçamos juntos, ela escolheu um restaurante caribenho pequeno e familiar em frente ao capitólio em Sacramento, falou sobre a variedade dos temperos e comeu

lentamente, ao contrário de mim, como ela observou. No geral, saiu à mãe. Quem trabalha próximo a Harris diz que ela não passa uma semana sem citar alguma pérola de sabedoria transmitida por Shyamala Gopalan Harris, falecida em 2009. A que ela mais repete em público: “Você pode ser a primeira a fazer muitas coisas, mas jamais deixe para ser a última.” Às vezes, em momentos importantes de sua vida, ela fica com os olhos marejados ao se lembrar da mãe, visivelmente desejando tê-la ao seu lado.

“Minha mãe, Shyamala Gopalan Harris [[01](#)], era uma força da natureza e minha maior fonte de inspiração”, disse Harris em uma publicação no Instagram homenageando a mãe durante o Mês de História da Mulher em 2020. “Ela ensinou à minha irmã Maya e a mim a importância do trabalho duro e a acreditar em nossa capacidade de endireitar o que estiver errado.”

Shyamala Gopalan tinha pouco mais de um metro e meio de altura. Era a filha mais velha de um alto funcionário público em uma família de pessoas de grande sucesso, em uma nação que conquistou a independência da Grã-Bretanha em 1947, nove anos após seu nascimento. Em 1958, aos 19 anos, formou-se em economia doméstica na Lady Irwin College em Nova Déli, Índia, e com a bênção do pai viajou para Berkeley em busca de uma educação mais significativa. Doutorou-se em nutrição e endocrinologia e nas décadas seguintes ganhou reconhecimento por sua pesquisa sobre câncer de mama. Seu trabalho foi citado mais de cem vezes em artigos acadêmicos, e ela arrecadou não menos de 4,76 milhões de dólares em verbas para seu trabalho.

“Minha mãe foi criada [[02](#)] em uma casa onde ativismo político e liderança cívica vinham naturalmente”, diz Kamala Harris em sua autobiografia de 2019, *The Truths We Hold* [As verdades em que acreditamos]. Ela depois explica: “Com meus avós, minha mãe desenvolveu uma forte consciência política. Tinha consciência da história, das lutas, das desigualdades. Nasceu com um senso de justiça imprimido na alma.”

No outono de 1962, Shyamala Gopalan participou de uma reunião de estudantes negros em que o orador era um jovem jamaicano aluno da pós-graduação, Donald Jasper Harris, que estudava economia. Ele havia emigrado da Jamaica em 1961 e também fora para Berkeley para estudar. Ele era meio radical, ou, como dizem os economistas, “heterodoxo”. Não aceitava as teorias econômicas tradicionais apoiadas pelas universidades americanas na época. Donald Harris contou ao *New York Times* que Gopalan, usando um sári tradicional, aproximou-se dele após sua palestra, “uma figura cuja aparência se destacava [03] de todos no grupo, homens e mulheres”. Ela o encantou, os dois se encontraram e se falaram algumas outras vezes e, como ele disse, “o resto agora é história”.

Gopalan e Harris casaram-se em 1963, ano em que a Jamaica conquistou sua própria independência do Reino Unido. O anúncio do noivado no *Kingston Gleaner* em 1º de novembro de 1963 relatava que ambos faziam ph.D. Kamala Devi nasceu em 1964, e sua irmã, Maya Lakshmi, dois anos depois. Devi é a deusa mãe hindu. Lakshmi é a deusa lótus da prosperidade, da beleza e da sorte. Shyamala contou a um repórter do *Los Angeles Times* em 2004 que deu às filhas nomes tirados da mitologia hindu para ajudar a preservar a identidade cultural delas e disse: “Uma cultura que venera [04] deusas produz mulheres fortes.”

De meados para o fim dos anos 1960, seu pai e sua mãe participavam ativamente do movimento pelos direitos civis. Harris revela que era levada de carrinho para as manifestações. E conta que, segundo uma história da família, certo dia estava agitada no carrinho e sua mãe perguntou o que ela queria.

“Liberdade!”, dizem que foi sua resposta.

Como muitos acadêmicos, nos primeiros anos Donald Harris era itinerante, passando de Berkeley para a Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, a Universidade Northwestern, a Universidade de Wisconsin e voltando à área da Baía, para a Universidade Stanford, em 1972. O jornal dos estudantes, o *Stanford Daily*, descrevia sua filosofia

econômica como marxista. Marxista ou não, com certeza não era clássica. Isso ameaçou bastante a estabilidade de seu emprego. Em 1974, quando chegava ao fim seu período como professor visitante, alguns dos catedráticos de Stanford relutavam em recomendá-lo para um cargo em tempo integral. A Union for Radical Political Economics envolveu-se a favor de Harris, e a questão tornou-se um assunto para o *Stanford Daily*. Estudantes fizeram um abaixo-assinado com mais de 250 assinaturas exigindo que o departamento de economia assumisse um “compromisso formal” com a economia marxiana e mantivesse uma equipe de três docentes trabalhando no campo e que os docentes recomendassem Harris para uma posição em tempo integral com plano de carreira. Donald Harris disse “não estar muito ansioso ou desejoso [05] de permanecer” em Stanford. Mas acabou sendo contratado e tornou-se o primeiro negro a conquistar estabilidade no Departamento de Economia de Stanford. Ele permaneceu na universidade até 1998, quando se aposentou. Harris ainda conserva o título de professor emérito.

Shyamala e Donald separaram-se em 1969, quando ele lecionava na Universidade de Wisconsin e Kamala e Maya tinham cinco e três anos, respectivamente. O casal deu entrada no pedido de divórcio em janeiro de 1972. Harris diz em sua autobiografia que, “se fossem um pouco mais velhos [06], um pouco mais maduros emocionalmente, talvez o casamento pudesse ter sobrevivido. Mas eles eram muito jovens. Meu pai foi o primeiro namorado da minha mãe”.

Em um artigo de 2018 [07], Donald Harris lamentou que a convivência com Kamala e Maya “tivesse terminado bruscamente” após uma batalha pela custódia. Ele atribuiu a culpa pelo acordo de custódia “à falsa suposição do Estado da Califórnia de que um pai não é capaz de cuidar dos filhos — especialmente no caso desse pai, ‘um negro das ilha’”, um “estereótipo ianque” que sugeria que um pai assim “pudesse terminar comendo as crianças no café da manhã!”. Diz ele: “Mesmo assim, persisti e nunca desisti do amor por minhas filhas.”

O julgamento final do divórcio, em 23 de julho de 1973, mostra que Shyamala obteve a custódia física, mas que Donald tinha direito de pegar as meninas em fins de semanas alternados e por sessenta dias no verão. Ele escreve sobre levar as filhas para conhecer parentes na Jamaica e lhes mostrar o mundo que conhecia na infância: “Tentei passar essa mensagem em termos bem concretos, através de visitas frequentes à Jamaica e participando da vida lá em toda a sua riqueza e complexidade.”

“Naturalmente”, diz Donald Harris, “mais tarde, quando elas tinham mais maturidade para entender, eu também tentava lhes explicar as contradições da vida econômica e social em um país ‘pobre’, como a justaposição impressionante de extrema pobreza e extrema riqueza, enquanto eu mesmo trabalhava duro com o governo da Jamaica para projetar um plano e políticas apropriadas para fazer alguma coisa em relação àquelas condições.”

Por mais que o pai tenha tentado, as lições ensinadas pela mãe parecem ter sido mais importantes na vida da filha. Kamala tece referências à mãe ao longo de sua autobiografia. E menciona o pai em menos de 12 páginas. “Meu pai é um bom sujeito [08], mas não somos muito próximos”, disse ela em uma entrevista em 2003.

Em sua biografia oficial [09] no site da Procuradoria-Geral da Califórnia, Harris se descreve como “a filha da dra. Shyamala Gopalan, uma tâmil especialista em câncer de mama que viajou de Chennai, Índia, para os Estados Unidos para estudar na Universidade da Califórnia em Berkeley”. Essa biografia não menciona seu pai.

Em um ensaio sobre seus ancestrais jamaicanos, Donald Harris escreve sobre um Hamilton no passado de sua família, embora o Hamilton da família Harris, Hamilton Brown, pouco tivesse em comum com Alexander Hamilton, abolicionista e um dos pais fundadores dos Estados Unidos. “Minhas raízes remontam [10], dentro do meu tempo

de vida, à minha avó paterna, Srta. Chrishy (nascida Christiana Brown, descendente de Hamilton Brown, que está registrado como fazendeiro, proprietário de escravos e fundador de Brown's Town).” Hamilton Brown nasceu por volta de 1775 no Condado de Antrim, na Irlanda, e foi jovem para a ilha caribenha da Jamaica. Seu primeiro ato registrado na nova terra aconteceu em 1803, quando vendeu negros a outro homem. Nas três décadas seguintes, Hamilton Brown participou ativamente do sistema brutal da escravidão jamaicana, sendo um de seus defensores declarados contra o movimento abolicionista comandado por batistas e metodistas.

Para os brancos de sua época e procedência, esse trabalho era uma via comum para a prosperidade. “Administrar escravos era um meio [11] de emprego, e, para os brancos, possuir escravos era um caminho para o progresso material, a independência e uma maior liberdade”, diz Christer Petley, professor de história da Universidade de Southampton, em seu livro, *Slaveholders in Jamaica* [Proprietários de escravos na Jamaica].

De fato, Hamilton Brown subiu na sociedade jamaicana, conquistando uma cadeira na Casa da Assembleia, o corpo legislativo da ilha. Advogado, foi listado como o agente, representante, executor, guardião, administrador, receptor ou mandatário de mais de cinquenta estados. Petley diz que as propriedades na Jamaica chegavam a ter duzentas pessoas escravizadas.

Os brancos possuíam vastas fazendas de açúcar, pimenta e café, enquanto os negros escravizados serviam de mão de obra. O açúcar jamaicano produzido por escravos foi fundamental para o comércio transatlântico, e “mais de um terço [12] de todos os navios de escravos que faziam negócios com a América Britânica ancoravam ali”, diz Petley. No auge da economia escravagista da Jamaica, de oito a dez mil brancos mantinham escravizados 354 mil negros.

“Na Jamaica, eram comuns as relações [13] sexuais entre homens brancos e mulheres escravizadas, e, uma vez que a situação legal

passava de uma geração a outra pela linha feminina, os filhos de mães escravizadas nasciam escravos, independentemente da situação do pai”, explica Petley.

Sejam quais forem os atos de violência específicos cometidos por Hamilton Brown contra as pessoas que ele escravizou há 220 anos, eles se perderam na história. O que permanece vivo de seu DNA não se pode saber sem testes genéticos. Mas Petley afirma que “o oportunismo sexual dos homens brancos [14] foi um indício importante de seu poder coercitivo e sua elevada posição social”.

Entre suas muitas funções, Brown tornou-se membro graduado da milícia. Nos primeiros anos de 1830, quando o povo escravizado se rebelou, ele e sua milícia foram destacados para ajudar a acabar com o levante. Em uma parada, ele e seus soldados localizaram insurgentes. Dez foram enforcados e 13 receberam trezentas chibatadas.

“Brown empenhou-se para reprimir [15] o levante e orgulhava-se do que fez”, diz Petley.

Em 1833, após a revolta dos escravos, o governo britânico curvou-se ao movimento abolicionista e promulgou uma lei libertando os escravos jamaicanos. Nos anos que se seguiram, Hamilton Brown tentou suplementar a falta de mão de obra nas fazendas importando trabalhadores da Irlanda. Em 1842, desculpou-se por não ter mais riquezas para legar à próxima geração e lamentou o golpe financeiro que levou “por causa da grande deterioração [16] da propriedade na Jamaica”. Brown morreu em 1843.

Shyamala e Donald Harris viviam em Berkeley e Oakland quando as cidades do leste da Baía estavam no centro do movimento pela liberdade de expressão e de muitos tipos de políticas transformadoras para a nação. O movimento contra a guerra do Vietnã, a ascensão do ambientalismo, as reivindicações por justiça racial, o nascente

movimento pelos direitos dos prisioneiros, entre outros, eram parte das mudanças de seu tempo.

“Eles se apaixonaram [17] daquele jeito mais americano, enquanto marchavam por justiça no movimento pelos direitos civis dos anos 1960. Nas ruas de Oakland e Berkeley, do carrinho de bebê eu tinha uma visão das pessoas entrando no que o grande John Lewis denominou ‘boa encrenca’”, disse Harris na Convenção Nacional do Partido Democrata de 2020 quando aceitou a indicação para ser vice de Joe Biden.

Foram dias inebriantes e seríssimos. A Guarda Nacional era chamada regularmente ao campus de Berkeley da Universidade da Califórnia. Tubos de gás lacrimogêneo eram lançados do chão e de helicópteros. A polícia matou a tiros [18] um manifestante desarmado em uma manifestação em 1969 por causa de um terreno desocupado que passou a ser conhecido como Parque do Povo. O Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa nasceu em 1966, cofundado por Huey Newton e Bobby Seale. Os Panteras andavam abertamente armados enquanto observavam detenções de pessoas negras em Oakland. A ideia de que jovens negros pudessem exibir armas legalmente alarmou as autoridades. Em maio de 1967, pouco depois que Ronald Reagan tornou-se governador, Newton e Seale comandaram duas dúzias de Panteras, usando boinas, óculos escuros, jaquetas de couro e portando armas descarregadas, até dentro do capitólio da Califórnia em Sacramento. A manchete do *Sacramento Bee* registrou: “Panteras Negras armados invadem capitólio.” Os Panteras estavam lá para protestar contra a lei que visava proibir o porte em público de armas de fogo carregadas. De autoria de um deputado republicano do afluyente bairro de Oakland Hills, a lei incluía um dispositivo que proibia a entrada de pessoas portando armas de fogo no capitólio. A lei obteve aprovação maciça com respaldo republicano e democrata.

Com o apoio da Associação Nacional do Rifle (NRA, sigla em inglês para National Rifle Association of America), o governador

Reagan sancionou a lei um dia depois de sua aprovação pela Assembleia. “Hoje em dia não há por que [19] um cidadão andar na rua portando armas carregadas”, disse. Foi uma das primeiras medidas da Califórnia em prol do controle de armas. Muitas outras viriam, embora mais tarde a NRA tentasse barrar tais medidas, sem muito sucesso.

Essa lei nova não impediu que as ruas de Oakland fossem bastante conflituosas e perigosas. Em outubro de 1967, a polícia deteve Newton na cidade. Irrompeu um tiroteio e o policial John Frey foi morto. Newton, alvejado na barriga, foi acusado de assassinato. “Huey livre” tornou-se um grito de guerra. Newton foi condenado por homicídio culposo e preso, embora um tribunal estadual de apelação tenha revertido a condenação. Após três julgamentos anulados, o Ministério Público do Condado de Alameda decidiu contra um novo julgamento e ele foi solto, ainda que não por muito tempo. Foi acusado de matar uma prostituta e dar coronhadas em um homem que tinha sido seu alfaiate.

Newton fora um líder carismático [20] nos anos 1960 e tornou-se quase um líder de culto quando estava preso. Thomas Orloff, promotor de justiça adjunto do Condado de Alameda, tinha uma visão diferente. Orloff comandou a ação penal contra Newton pela morte da prostituta e pelas coronhadas “com sucesso limitado”. Orloff, que se tornou promotor de justiça do Condado de Alameda, disse: “O Huey Newton que eu vi [21] era basicamente um gângster.”

Newton tornou-se ph.D. pela Universidade da Califórnia em Santa Cruz, mas teve um fim prematuro quando foi baleado e morto [22] no meio da rua em West Oakland em 1989 ao comprar de drogas.

Enquanto assistia ao nascimento de uma nova cultura política nos Estados Unidos, Shyamala Gopalan também garantiu que suas filhas conhecessem suas origens indianas e levou-as para visitar os avós do outro lado do mundo. Mas os Estados Unidos e suas perspectivas

raciais e de gênero estavam sendo assimilados. Ela também compreendeu que “estava criando duas filhas negras” [23] e que nesse país as pessoas as viam como negras, diz Harris em sua autobiografia.

Algumas das lições que Shyamala ensinou às filhas aconteceram durante as reuniões de quinta-feira no Rainbow Sign, um centro cultural negro em Berkeley. Entre os convidados que passaram por lá estavam Shirley Chisholm, congressista de Nova York e primeira candidata negra à presidência dos Estados Unidos; a cantora de jazz, musicista e líder do movimento pelos direitos civis Nina Simone; e a poeta Maya Angelou.

“Neste #MesdaHistoriaNegra [24], quero lembrar minha mãe e a comunidade do Rainbow Sign que nos ensinaram que tudo era possível, sem nos sobrecarregarmos com o que já passou”, postou Harris nas redes sociais em 2020.

Mas essa lição nem sempre foi verdade para Shyamala. Ela trabalhou na Universidade da Califórnia em Berkeley com uma amiga, a dra. Mina Bissell, que recorda terem prometido a Shyamala uma promoção que acabou indo para um homem. A mãe divorciada de Kamala, com 12 anos, e de Maya, com dez, reagiu conseguindo um emprego para lecionar na Universidade McGill, em Montreal, em 1976 e realizar pesquisas sobre câncer de mama no Jewish General Hospital, na mesma cidade.

Shyamala viajara muito quando criança. Seu pai era um alto funcionário público na Índia que, ao longo da infância de Shyamala, assumiu postos em Chennai, Nova Déli, Mumbai e Calcutá. Dessa forma, ela acharia natural mudar-se da Califórnia para Quebec em busca de uma nova oportunidade. Para a filha mais velha, porém, a mudança foi intimidadora. Kamala recorda em suas memórias que “a ideia de deixar [25] a ensolarada Califórnia em fevereiro, no meio do ano letivo, para ir morar em uma cidade estrangeira de língua francesa coberta por três metros de neve foi angustiante”. Shyamala a matriculou na Notre-Dame-des-Neiges, uma escola do ensino

fundamental de língua francesa, e depois na Westmount High School, uma das escolas de língua inglesa mais antigas de Quebec.

Na Westmount, Kamala Harris [26] participou de encontros de torcida, iniciou um grupo de dança chamado “Midnight Magic” e, com cinco amigas a seu lado, dançou ao som de músicas pop do início dos anos 1980 vestindo cintilantes fantasias caseiras. Também aprendeu uma realidade dura.

Wanda Kagan e Kamala Harris foram melhores amigas no ensino médio em Montreal, mas, como acontece com amizades de adolescência, perderam contato depois de formadas. Reconectaram-se em 2005. Kagan estava assistindo quando a amiga apareceu no *The Oprah Winfrey Show* para falar de sua experiência como a primeira negra da Califórnia a ser eleita promotora de justiça.

Kagan ligou para Harris e as duas tiveram uma longa conversa, inteirando-se das respectivas novidades e relembrando as experiências compartilhadas, entre elas a época em que Kagan morou com Kamala, Maya e Shyamala Harris. Estava fugindo dos abusos que ocorriam em sua casa.

Nessa conversa, disse Kagan, Harris revelou-lhe ter se inspirado para se tornar promotora em grande parte “pelo que ela passou comigo” [27]. A amiga contou a Harris que morar com sua família foi uma das poucas boas lembranças que tinha dessa época. Kagan, que relatou sua história publicamente pela primeira vez para o *New York Times*, recordou que as Harris preparavam a refeição e jantavam juntas. Normalmente, eram pratos indianos. Kagan nunca comeu uma comida tão boa quanto aquela. Foi uma época especial para ela. No lar Harris, Kagan não era simplesmente “uma pessoa que está hospedada em nossa casa agora”. Ela foi acolhida como um membro da família. Shyamala insistiu para que ela fizesse terapia. A experiência de Kagan foi tão profunda que ela deu o nome de Maya à filha. A história dessa ligação entre duas adolescentes décadas antes em Montreal tornou-se parte da campanha presidencial de 2020.

Os registros no anuário de Harris no ensino médio mostram que ela desejava voltar para os Estados Unidos. Nele, Harris descreve felicidade como “fazer ligações interurbanas”, e no campo reservado às lembranças preciosas diz: “Califórnia, Angelo: verão de 80.” Ela está sorrindo na foto do anuário e logo estaria entrando no primeiro ano na Universidade Howard, uma instituição historicamente negra em Washington, D.C. No anuário, Harris também encoraja a irmã: “Fica fria, MA YA!” Maya se tornaria a maior confidente de Kamala Harris em sua ascensão política. E a filha de Shyamala ainda homenageia a força da natureza que foi sua maior fonte de inspiração na vida: “Agradecimento especial a: Minha mãe.”

2

AQUELA GAROTINHA

É impossível entender Harris sem compreender as contradições singulares da política da Califórnia. Há muitas Califórrias. Algumas partes do estado são tão conservadoras quanto as partes mais republicanas do país. Outras estão entre as mais progressistas da nação. Para deixar uma marca na história do estado, como Harris deixou, um político deve saber como navegar entre todas elas. Sua ascensão, como o leitor verá, deve-se em grande parte ao seu talento de fazer exatamente isso.

Mas, acima de tudo, o leitor tem que entender o histórico particularmente contraditório da Califórnia sobre raça — um histórico que Harris conheceria de perto desde o dia em que nasceu.

As eleições de 1964 foram realizadas no dia 3 de novembro, duas semanas depois do dia 20 de outubro, em que Shyamala Gopalan Harris deu à luz sua primeira filha. Considerando que o jovem casal devia estar prestando atenção no resultado das eleições, e não na filhinha recém-nascida, Shyamala e Donald Harris assistiram a uma reviravolta significativa nessa noite. O presidente Lyndon Johnson obteve uma vitória esmagadora sobre o senador Barry Goldwater, um republicano do Arizona, e conquistou um mandato que, por algum tempo, ia ajudá-lo a expandir sua política doméstica da Grande

Sociedade e dos direitos civis. Ele obteve quase 60% dos votos da Califórnia, a primeira vez em 16 anos que um democrata venceu no estado.

Do outro lado da Baía de São Francisco, Willie Lewis Brown Jr., um homem negro de trinta anos, fazendo campanha como um “progressista responsável”, venceu uma corrida para a Assembleia Legislativa contra um político irlandês-americano que ocupava a cadeira desde 1940. Phillip Burton conquistara uma vaga no Congresso em uma eleição especial alguns meses antes. Com o irmão mais novo de Burton, John, também tendo conquistado uma cadeira na Assembleia, Brown tornou-se um membro fundador da máquina política mais tarde denominada “máquina Burton-Brown” e depois simplesmente “máquina Willie Brown”. Seja qual for o seu nome, a organização dominou a política de São Francisco por décadas.

Brown, filho de uma empregada doméstica e um garçom, cresceu em Mineola, Texas, uma cidade independente e desigual de 3.600 habitantes, 135 quilômetros a leste de Dallas. Ele tinha 17 anos em 1951, quando fugiu do sul e de suas leis de Jim Crow e chegou a São Francisco calçando sapatos surrados e carregando os pertences em uma mala de papelão. Seu único contato em São Francisco era seu tio, Rembert “Itsie” Collins, um jogador que vivia à grande, usava ternos de seda e anéis de brilhante e ensinou a Brown as primeiras lições sobre a cidade que ele viria a dominar.

Como Shyamala Gopalan e Donald Harris e tantos outros, Brown fora para o oeste em busca de oportunidade. Isso significava conseguir estudar. Brown trabalhou como zelador para se formar na San Francisco State College e graduou-se em direito pela Hastings College of the Law da Universidade da Califórnia, que fica no bairro de Tenderloin, no centro da cidade. Naquela época, como ainda é hoje, Tenderloin era o lar de novos americanos e de pessoas com vidas arruinadas, marginalizadas e viciadas. Sem conseguir encontrar um emprego nos escritórios de advocacia do centro, Brown representava clientes que eram acusados de crimes contra a moral e os bons

costumes. Isso mudaria mais tarde [28], quando ele se tornaria um dos políticos mais poderosos das décadas finais do século XX. Kamala Harris veria isso de perto depois. E ela mesma aprenderia como administrar as traiçoeiras dicotomias políticas do estado adotado por seus pais.

Nesse dia da votação, os eleitores da Califórnia decidiram o destino de um referendo, a Proposta 14, que dava ao dono de uma propriedade “discricionabilidade absoluta” para vendê-la ou não a quem bem entendesse e procurava proibir o governo do estado de ditar de alguma maneira a quem o dono poderia vendê-la. Patrocinada por interesses imobiliários e proprietários de apartamentos, a medida tinha apenas 270 palavras. Seu objetivo era simples, embora não explicitado: os proprietários brancos deveriam ter o direito de manter os negros fora dos subúrbios, uma sirene que soaria muitas décadas mais tarde pelo presidente Trump na campanha presidencial de 2020.

No guia oficial do eleitor enviado para todos os eleitores registrados da Califórnia, os apoiadores da Proposta 14 alegavam o seguinte: se o governo puder exigir que os donos aluguem ou vendam a qualquer um que possa pagar o preço, “o que vai evitar que a Legislatura [29] aprove leis que proíbam o dono de um imóvel de se recusar a alugar ou vender por motivos de sexo, idade, estado civil ou falta de responsabilidade financeira?”.

O procurador-geral da Califórnia, Stanley Mosk, um progressista, adotou a visão oposta: “Isso seria a legalização e o estímulo do preconceito [30]. Em uma época em que nossa nação está progredindo na questão dos direitos civis, propõe-se transformar a Califórnia em outro Mississippi ou Alabama e criar um clima de violência e ódio.”

Como muitas cidades, Berkeley fora há muito dividida em duas, um legado de práticas discriminatórias. Pessoas negras geralmente não podiam alugar nem comprar casas a leste da Grove Street, hoje rua Martin Luther King Jr. As colinas a leste, Berkeley Hills, com seus

eucaliptos e carvalhos, eram onde os brancos moravam. A família Harris morava de aluguel na parte baixa, Berkeley Flats.

A Proposta 14 foi uma reação ao Rumford Fair Housing Act. Assinado pelo governador Edmund G. “Pat” Brown em 1963, o Rumford Fair Housing Act garantia às pessoas o direito de alugar onde quisessem e proibia a discriminação na habitação pública. A lei foi aprovada na última noite da sessão legislativa, depois que os senadores a atenuaram isentando residências unifamiliares.

Seu autor, o deputado William Byron Rumford, representava o distrito que abrangia Berkeley Flats e West Oakland, onde a família Harris morava. Rumford, um farmacêutico que estudou na Universidade da Califórnia, campus de São Francisco, outra universidade pública, conquistou sua cadeira em 1948, o primeiro legislador negro [31] eleito na área da Baía.

Os corretores de imóveis viram a Califórnia como o campo de batalha para um confronto nacional sobre uma política habitacional sem discriminações e “acharam que, se pudessem derrotar [32] essa lei na Califórnia, supostamente ‘progressista’, sua chance de derrotá-la em outras regiões era muito boa”, relatou Rumford.

O desfecho não estava próximo.

No dia em que deram uma vitória avassaladora a Lyndon Johnson e mandaram Willie Brown para Sacramento, os californianos aprovaram a proposta por 65% a 35%. Os eleitores de 57 dos 58 condados, incluindo a progressista São Francisco, votaram a favor dela. No Condado de Alameda, onde morava a família Harris, 60% dos eleitores a aprovaram.

A Proposta 14 não duraria. A Suprema Corte da Califórnia a derrubou em 1966, considerando que violava a exigência constitucional dos Estados Unidos de que todos os cidadãos recebessem proteção igual. Em 29 de maio de 1967 [33], a Suprema Corte Federal concordou que a proposta violava a 14ª Emenda, por uma margem ínfima de cinco a quatro.

O juiz da Suprema Corte Federal William O. Douglas redigiu o acórdão: “Este não é um caso simples como o de um homem com uma bicicleta ou um carro ou um certificado de ações ou mesmo uma cabana de madeira que afirma ter o direito de vender seu bem a quem lhe aprouver, excluindo todos os outros caso sejam negros, chineses, japoneses, russos, católicos, batistas ou tenham olhos azuis.” Antes, a questão envolvia “uma forma de discriminação sofisticada”, com a intenção de manter certos bairros brancos.

Citando James Madison, Douglas disse no acórdão: “E, para aqueles que dizem que a Proposta 14 representa a vontade do povo da Califórnia, pode-se apenas responder: ‘Onde quer que esteja o verdadeiro poder em um governo, aí está o perigo de opressão.’”

Tradução: A Constituição protege as minorias contra o domínio desenfreado da maioria por uma boa razão.

Os dissidentes citaram a vontade do povo, afirmando que tribunais não deveriam adivinhar a intenção dos legisladores ou, por extensão, do povo por meio de votação nesses assuntos.

Décadas mais tarde, a procuradora-geral da Califórnia Kamala Harris usaria uma variação desse argumento ao defender o casamento igualitário. Mas, antes e de forma mais direta, ela sofreria as consequências de um importante confronto sobre raça.

O superintendente escolar de Berkeley Neil V. Sullivan era formado em Harvard e filho de uma mãe que sabia que a educação era a forma de sair de seu gueto irlandês em Manchester, New Hampshire. Ele era também um importante defensor do fim da segregação escolar.

Em nome da administração Kennedy, Sullivan passou o ano de 1963 trabalhando para reabrir escolas no Condado de Prince Edward, Virgínia, depois que segregacionistas procuraram burlar ordens de integração fechando todas as escolas públicas. Os pais brancos colocaram os filhos em escolas particulares elitizadas. Crianças negras

não tinham escola. O trabalho de Sullivan foi duro. Frequentemente os cidadãos despejavam lixo nos degraus e na varanda da casa alugada por ele. Houve ameaças de bomba. Chegaram a dar um tiro em sua janela. Mas ele conseguiu reabrir as escolas, e o procurador-geral Robert Kennedy visitou Sullivan no Condado de Prince Edwards em 1964, após o assassinato do irmão, o presidente John Kennedy.

“As crianças se apaixonaram por ele [34], e foi evidente que lhe deram o estímulo de que ele tanto necessitava”, escreveu Sullivan mais tarde.

Sullivan chegou a Berkeley em setembro de 1964, após ter sido recrutado pelo conselho de educação. Foi arriscado, inicialmente. Os membros do conselho de educação corriam o risco de ser removidos por causa de seus esforços para integrar as escolas, mas eles resistiram. Isso garantiu que Sullivan pudesse levar seu mandato adiante. Em maio de 1967, Sullivan disse ao Conselho de Educação de Berkeley: “Essas escolas estarão totalmente dessegregadas em setembro de 1968, e talvez façamos história nesse dia.”

Ele contou suas experiências em um livro, *Now is the Time* [Agora é a hora], uma referência ao discurso de Martin Luther King Jr. na Marcha de Washington em 1963: “Agora é a hora de tornar real a promessa de democracia.”

King, que se tornara seu amigo, escreveu no prefácio do livro de Sullivan, com data de 1º de setembro de 1967: “Acredito que nossas escolas [35] devem e podem assumir a liderança nesse esforço hercúleo.” No entanto, King não viveu para ver o resultado.

Em 1968, aquele ano de assassinatos e levantes civis, Sullivan cumpriu sua promessa. Os ônibus escolares transportavam crianças negras de Berkeley Flats para escolas nas colinas, e crianças brancas eram levadas nos ônibus na parte baixa. Berkeley tornou-se a maior cidade nos Estados Unidos a integrar suas escolas.

“Pode ter sucesso uma cidade [36] de porte médio com um exército já habitual de brancos intolerantes capazes de inundar os correios com

mensagens de ódio, uma cidade rodeada de cidades cheias de racismo – de brancos e negros?

“A resposta nesta cidade de Berkeley é um sonoro ‘SIM’”, escreveu Sullivan.

Kamala Harris não estava naqueles ônibus escolares em 1968. Era muito criança. Nem andava de ônibus em 1969, o ano em que entrou no jardim de infância. Nesse ano, seus pais a matricularam em uma escola montessoriana em Berkeley.

Mas no outono de 1970 [37] aquela garotinha usou, sim, o ônibus escolar rumo ao primeiro ano na Thousand Oaks Elementary a pouco menos de quatro quilômetros de seu apartamento. Antes da extinção da segregação, 11% dos alunos da Thousand Oaks eram negros. Em 1970, eram mais de 40%.

“Podemos ou não mudar os adultos, mas podemos mudar as crianças. Nossas crianças crescerão em uma comunidade onde a justiça é um modo de vida, e esperamos que elas espalhem justiça”, disse Sullivan. Sua intenção era nobre e ambiciosa, embora nitidamente não fosse simples.

Meio século depois, no auge de uma corrida para a presidência, Harris estava determinada a trazer os americanos de volta àquele momento da história. No grande palco do Adrienne Arsht Center for the Performing Arts em Miami, Flórida, a senadora Kamala Harris, a procuradora que se tornara política, filha de mãe indiana e pai jamaicano, não estava prestes a ser calada.

“Eu gostaria de falar [38] sobre a questão racial”, disse a senadora de primeiro mandato pelo estado da Califórnia ao interromper a discussão entre os candidatos após uma hora, no primeiro debate das primárias presidenciais do Partido Democrata na corrida para derrubar o presidente Donald J. Trump.

Um dos moderadores, Rachel Maddow, da MSNBC, pediu que ela não usasse mais que trinta segundos. Harris sorriu e se recompôs. O

que tinha em mente no dia 27 de junho de 2019 ultrapassaria um pouco o meio minuto.

Ela virou-se para Joe Biden, o antigo vice-presidente e o favorito, um homem 22 anos mais velho que ela, de outra geração. Harris começou com delicadeza. Não achava que ele fosse racista, disse, deixando pairar no ar a sugestão de que talvez ele pudesse ser. Então deu um giro. No passado, Biden soara quase romântico sobre os seus dias no Senado, quando a política era civilizada e ele, um liberal de Delaware, trabalhava com os senadores James O. Eastland do Mississippi e Herman E. Talmadge da Geórgia, velhos democratas, que eram segregacionistas. A lei na qual trabalhavam buscava impedir que o transporte escolar dessegregasse as escolas públicas. Harris chamou isso de “doloroso”.

“Sabe, havia uma garotinha na Califórnia que fazia parte da segunda classe a integrar suas escolas públicas e ela usava o transporte escolar diariamente para ir à escola, e aquela garotinha era eu”, disse Harris na fala que se tornou a marca do debate.

Nos dias que se seguiram, os apoiadores e os detratores de Harris discutiriam se o ataque orquestrado foi politicamente sensato ou um golpe baixo, grosseiro ou um momento de destaque muito necessário para uma candidata que procurava ascender à elite do Partido Democrata na corrida pela indicação para a presidência dos Estados Unidos. No mínimo, Kamala Harris se afirmou como sendo a encarnação de uma América multicultural e beneficiária direta de políticas duramente conquistadas que os segregacionistas lutaram para evitar. Lamentações à parte, o drama do episódio político imediato obscureceu o contexto da era em que ela nasceu.

A intenção naquele momento era catapultar Harris à posição de favorita, firmar o seu lugar na base democrata, particularmente a dos eleitores negros, e atraparhar Biden, o favorito. Funcionou por um minuto. A campanha de Harris aproveitou ^[39] o momento, tuitando uma foto de Harris na infância, de maria-chiquinha com laços de fita amarrados no cabelo e um ar sério de determinação no rosto. A

equipe de Biden estava na defensiva. A equipe de Harris procurou monetizar o momento vendendo camisetas estampadas com a imagem da garotinha de maria-chiquinha e as palavras: AQUELA GAROTINHA ERA EU. Preço de venda: de 29,99 a 32,99 dólares.

Harris entrou na corrida presidencial totalmente focada em vencer. Para fazer isso, precisava derrotar o favorito. O fato de ter falhado pode ser atribuído a deslizes seus e a fatores fora de seu controle. Mas, embora sua campanha tenha rateado antes que os primeiros votos fossem dados, Harris deixou uma forte impressão. Algo nela sempre se entranha.

Esse é o jeito de Kamala Harris.

3

UMA EDUCAÇÃO, O APARTHEID E UM MASSACRE

Em 13 de maio de 2017, 150 anos após a fundação da Universidade Howard e 31 anos depois de sua formatura, a senadora Harris voltou à sua *alma mater* para discursar na cerimônia de formatura. Harris, como muitos ex-alunos de Howard, é fiel à sua *alma mater* e se refere a ela com grande afeição. Ela fala das pessoas proeminentes formadas por Howard que a precederam — a escritora Toni Morrison, o juiz da Suprema Corte Federal Thurgood Marshall e muitas outras. Em seu discurso, ela se deteve no lema da Universidade Howard, *Veritas et utilitas* — verdade e serviço. Sem mencionar Donald Trump, não deixou dúvidas quanto a quem se referia.

“Em uma época em que há americanos, pretos e pardos sobretudo, presos em um sistema falido de encarceramento em massa, falem a verdade e sirvam. Em uma época em que homens, mulheres e crianças são detidos em aeroportos do nosso país simplesmente por causa do deus que adoram, falem a verdade e sirvam. Em uma época em que imigrantes foram tirados de suas famílias em frente a escolas e do lado de fora de tribunais, falem a verdade e sirvam.”

A Universidade Howard ocupa um lugar único na história americana, ainda mais agora com a ascensão de Harris. Seu nome é uma homenagem a Oliver O. Howard, o general de divisão da Guerra

*image
not
available*

“Esta noite eu penso na luta, na determinação delas e na força de sua visão para enxergar quais fatos do passado podem deixar de ser um peso sobre os nossos ombros”, declarou Harris à multidão reunida em Wilmington, Delaware, e a todos que estavam assistindo no país e no mundo inteiros. Muitos que assistiam eram parte da família Howard.

Karen Gibbs acompanhava de sua casa em um subúrbio de Washington, D. C. Ela e Harris foram vizinhas em Howard e se tornaram grandes amigas.

“Pura exuberância, uma abundância de orgulho e gratidão”, disse Gibbs, resumindo o que lhe passava pela cabeça enquanto assistia à madrinha de suas filhas. “Senti uma emoção avassaladora.”

A universidade fica a pouco mais de três quilômetros a pé da Casa Branca. Lá já se formaram prefeitos, senadores, um ministro do Supremo Tribunal, ganhadores do prêmio Nobel e agora alguém que ocupará seu lugar na Casa Branca. Harris, como outros que escolheram estudar na Howard, poderia ter ido para alguma outra das melhores universidades. Mas buscou uma faculdade historicamente negra, pois lá seria respeitada por quem e o que ela era, estaria entre pessoas com a mesma aparência que ela e, como alguém que não nasceu em berço de ouro, não teria que brigar por um lugar à mesa.

“Finalmente foi Kamala que nos fez chegar lá. Não tem como a gente não sentir muita alegria e muita esperança”, disse Ron Wood, promotor e ex-aluno proeminente da Howard, que acompanhou o discurso dela de sua casa em Los Angeles.

Tendo crescido em Berkeley e Oakland e participado de protestos desde bem pequena, Kamala Harris se encaixou perfeitamente na Universidade Howard em meados da década de 1980.

“Dançávamos ^[40] nas sextas-feiras à noite e protestávamos nos sábados de manhã”, contou Harris ao falar de seus dias em Howard, em um vídeo da campanha presidencial dirigido a mulheres formadas em universidades e faculdades historicamente negras, em especial às

*image
not
available*

Deukmejian então apelou a um amigo, o presidente Reagan. Nenhum legislador fora mais próximo de Reagan durante seu mandato de governador do que Deukmejian. Em uma carta ao presidente Reagan [45], Deukmejian instou-o a “aumentar a pressão contra o apartheid na África do Sul”. Assinou a carta como “Duke”.

Em 16 de julho de 1986, Deukmejian escreveu aos regentes: “Não podemos voltar as costas [46] para os sul-africanos negros neste momento de grande crise. Na qualidade de sétima maior economia do mundo, a Califórnia pode fazer a diferença. Precisamos defender a liberdade e nos levantar contra violações de direitos humanos onde quer que elas ocorram.”

Dois dias depois, com Deukmejian presente, os regentes reverteram sua posição e votaram pela venda de bilhões em ativos de fundos de pensão de companhias com negócios na África do Sul.

Em Sacramento, a deputada Waters reapresentou um projeto de lei em 1986 para forçar os fundos de pensão do estado a vender seus ativos de companhias que operassem na África do Sul. Empresas importantes, a principal fonte do apoio político de Deukmejian, fizeram um lobby pesado contra a lei. Mas a legislatura aprovou-a, com votos republicanos. No dia em que sancionou a lei de Waters, Deukmejian levantou a pergunta que andava fazendo a si mesmo: “Como nos sentiríamos [47] se nossos direitos e nossas liberdades individuais fossem negados e o resto do mundo nos voltasse as costas?”

Se estivesse prestando atenção aos acontecimentos em casa, Harris teria visto que as ações tomadas em Sacramento importam. A Califórnia estava provando de novo que podia liderar um movimento, para não dizer uma nação. Nelson Mandela, particularmente, notou isso.

Em 1990, o ano em que Harris começou a trabalhar como promotora do Condado de Alameda, as autoridades sul-africanas libertaram Mandela após 27 anos de prisão. Em junho, Mandela fez uma aparição triunfal diante de sessenta mil pessoas entoando

*image
not
available*

Nos anos seguintes, a legislatura apertou a lei tornando ilegais na Califórnia as armas de assalto de tiro rápido com mais de dez balas. Outras leis exigem verificação de antecedentes para todas as compras de armas, restringem a venda de pistolas baratas, negam armas a pessoas com histórico de abuso de bebidas alcoólicas ou de violência doméstica, proíbem armas em campi de universidades, limitam o número de armas que uma pessoa pode comprar em um mês e só permitem a venda de munição para quem a lei dá o direito de possuir armas. Há muitas outras restrições.

Kamala Harris estava aprendendo, no início de sua carreira, sobre a realidade brutal das armas que vão parar nas mãos erradas. Como procuradora, ela seria agressiva na aplicação das leis da Califórnia que buscam manter as armas longe de quem não deveria tê-las.

*image
not
available*

Mas ela sempre fala de ouvir histórias de crianças sofrendo abusos e sendo exploradas sexualmente. Harris usaria essa experiência anos mais tarde quando ocupou cargos que poderiam afetar políticas e moldar leis — e quando pensava em concorrer a um cargo eletivo.

Na noite da eleição em 7 de novembro de 1992, Harris atravessou a ponte da Baía de São Francisco em seu Corolla para ir ao Hotel Fairmont em Nob Hill, onde os democratas estavam comemorando. Era uma noite boa para ser democrata. Bill Clinton fora eleito presidente, e Barbara Boxer e Dianne Feinstein ^[62] celebravam suas respectivas vitórias na corrida para o Senado Federal. Boxer, a mais progressista das duas, fora uma das sete congressistas democratas ^[63] que marcharam até o Senado em 1991 exigindo discutir a confirmação de Thomas com os democratas do Senado e acabaram sendo barradas na convenção regular das terças-feiras, um evento fechado. Boxer usou o tratamento brutal dado a Anita Hill e a confirmação de Thomas para motivar os eleitores na eleição de 1992, o “Ano da Mulher”.

Ninguém poderia ter imaginado que a Kamala Harris de 27 anos naquele salão de baile lotado do Hotel Fairmont um dia substituiria Boxer como senadora em 2016 e depois ganharia uma cadeira na Comissão de Justiça do Senado. Mas lá estava ela, 27 anos depois, quando Christine Blasey Ford, uma psicóloga do subúrbio de Menlo Park, em São Francisco, deu o corajoso passo de se apresentar para afirmar em depoimento que o segundo nomeado de Trump para a Suprema Corte, Brett Kavanaugh, atacou-a sexualmente quando ambos eram adolescentes. O paralelo com a audiência de confirmação de Thomas era inequívoco, e o resultado foi o mesmo.

Os democratas tentaram em vão trazer à tona a visão de Kavanaugh do processo *Roe x Wade* de 1973, um marco na legislação pelo direito ao aborto. Harris usou seu tempo e as habilidades que aprendeu no Ministério Público do Condado de Alameda para se aprofundar nos detalhes:

*image
not
available*

*image
not
available*

Nacionalmente, os republicanos comandados por Newt Gingrich assumiram o controle da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. Na Califórnia, os republicanos sacudiram a Assembleia pela primeira vez em 25 anos, ganhando uma vantagem de 41 a 39. Isso significou que Willie Brown perderia sua presidência quando a legislatura se reunisse em dezembro, ou assim se pensou. Primeiro, porém, Brown tinha umas benesses a distribuir.

Em 1994 Harris licenciou-se do seu trabalho de promotora de justiça adjunta do Condado de Alameda quando Brown a colocou no conselho estadual responsável por ouvir os recursos de pessoas a quem se negavam benefícios voltados para desempregados. O mandato para esse cargo terminaria em 1º de janeiro de 1995, para além do ponto em que ele ainda teria poder. Assim, no fim de novembro [70], ele a colocou em outro conselho em meio expediente, que supervisionava contratos do programa de assistência médica Medi-Cal, da Califórnia, na época um cargo que rendia 72 mil dólares por ano, o salário pago a legisladores. Ela ficaria nesse posto até 1998, três anos depois do fim da relação dos dois. A primeira vez que escrevi sobre Harris foi quando ela conseguiu aquela nomeação. Ela se recusou a conceder entrevista na época, e o gabinete de Brown esquivou-se das minhas ligações. Os republicanos protestaram, mas não conseguiram impedir a nomeação.

“É seguro dizer [71] que essas não são nomeações que necessariamente faríamos”, disse na época Phil Perry, porta-voz do líder republicano da Assembleia, Jim Brulte, o próximo na fila para suceder Brown como presidente.

Brown não deixou a presidência em silêncio. Eu estava na sala de audiências da Assembleia em 5 de dezembro de 1994, o dia da votação para a presidência, registrada por lista de chamada. Quando chegou a vez [72] de o assistente chamar o deputado Paul Horcher, republicano de uma cidade a leste de Los Angeles, Horcher deu um soco na mesa e rugiu: “Brown”, criando uma divisão de 40 a 40 e

*image
not
available*

seus sucessores governariam durante um boom de construção de arranha-céus, enquanto a população de sem-teto da cidade atingiria proporções críticas.

Tudo isso estava por vir. Naquele dia, Brown reuniu um seleto grupo no palco: seus três filhos adultos e um neto. Ergueu uma das mãos para prestar o juramento do cargo e pôs a outra sobre a bíblia que pertencera à sua mãe tantos anos antes em Mineola, Texas. Segurando a bíblia, estava sua esposa, Blanche.

Em 1995, Harris decidiu voltar ao Ministério Público do Condado de Alameda. Tom Orloff, que fora advogado de acusação de Huey Newton vinte anos antes, tornara-se promotor de justiça do Condado de Alameda e acolheu Harris de volta.

“Ela era muito inteligente [77] e encantadora”, disse Orloff. “Os jurados gostavam dela. Tínhamos 150 promotores na época. Ela era um dos muito bons.”

Harris se ocupava fazendo a acusação em ações penais contra pessoas processadas por crimes. Em um de seus julgamentos, conseguiu a condenação de um homem que usou uma espingarda para matar outro. Ele cumpre pena de prisão perpétua. Em outro, fez a acusação de três pessoas que cometeram 12 assaltos à mão armada. Às vezes, usava a nova lei das *three strikes* da Califórnia para pedir sentenças longas para reincidentes. Seus processos raramente atraíam a atenção da imprensa, mas houve uma exceção. Um homem sob o efeito de drogas e álcool usou uma faca Ginsu para arrancar dez centímetros quadrados do couro cabeludo da namorada. Ele já tentara antes, mas se frustrara porque a lâmina estava cega. A moça sobreviveu. Ele cumpre pena de prisão perpétua.

“A pena é adequada para o que ele fez” [78], disse Harris depois de dada a sentença, segundo citação do *San Francisco Chronicle* em 1996. “A forma como esse crime foi cometido foi de um sadismo incrível.”

Nancy O’Malley, a atual promotora de justiça, podia ver que Harris tinha um jeito especial para lidar com jovens vítimas de ataque sexual.

*image
not
available*

não colaram. Ele seria preso muitas outras vezes protestando contra a injustiça racial.

Hallinan formou-se pela Hastings College of the Law da Universidade da Califórnia e passou no exame da ordem. Mas a Ordem do Estado da Califórnia, citando seus antecedentes criminais e suas tendências pugilísticas, recusou-se a lhe conceder a licença para exercer a prática do direito em 1966, embora dois jovens deputados, Willie Brown e John Burton, tenham atestado seu bom caráter. A Suprema Corte da Califórnia rejeitou [82] a decisão da Ordem, e Hallinan construiu uma carreira representando pessoas detidas por posse de drogas (o negócio ia muito bem em São Francisco nos anos 1960 e 1970), esquerdistas e um assassino em série, Juan Corona.

O *Washington Post*, detalhando a transição atribulada de Hallinan de advogado de defesa para promotor de justiça, relatou que Hallinan “nega veementemente ter quase morrido [83] de uma overdose de heroína ministrada por Janis Joplin, como se afirma na biografia dela, *Pearl*”. Uma hábil negação que não nega nada.

Embora fosse o principal procurador da cidade, Hallinan permaneceu fiel ao seu passado. Recusava-se a pedir pena de morte em casos de assassinato; tentou barrar a execução de um homem acusado por seu antecessor; apoiou o uso medicinal da maconha antes de sua legalização; e recusava-se a pedir pena de morte usando a lei penal das *three strikes* da Califórnia. Nada disso era problema em São Francisco. Os eleitores sabiam quem ele era quando o elegeram. Mas o tumulto que ele causou [84] em seu próprio gabinete tornou-se, sim, um problema.

Primeiro, houve a história de dois promotores pegos em flagrante no gabinete. Ele demitiu o homem, não a mulher, e mais tarde foi processado por rescisão injusta.

Pouco depois de assumir o cargo, Hallinan deu bilhetes lacônicos a 14 promotores agradecendo-lhes por seus serviços e demitindo-os. Um desses era uma advogada iniciante de 26 anos chamada Kimberly

*image
not
available*

6

VIRANDO DESTAQUE

No final dos anos 1990 e início de 2000, o nome de Kamala Harris aparecia muito mais nas colunas sociais do que em matérias sobre seu trabalho na acusação de criminosos.

A promotora de justiça adjunta do Condado de Alameda tornara-se curadora do Museu de Arte Moderna de São Francisco em 1996, parte de um plano mais amplo. Em sua autobiografia *Basic Brown*, Willie Brown dá conselhos a políticos aspirantes: “Ser capaz de entrar ^[90] na comunidade branca é essencial para qualquer negro, mulher ou homem ter sucesso como uma figura política.” Ele tinha um conselho específico para as mulheres negras: elas deviam “preparar o terreno procurando se tornar ativas nos conselhos de instituições sociais, culturais e beneficentes, como orquestras sinfônicas, museus e hospitais”.

Harris sem dúvida usou sua posição de curadora para fazer contatos com pessoas influentes. Mas também usou a oportunidade para fazer o bem. Visitou Libby Schaaf, agora prefeita de Oakland, que na época chefiava o Marcus Foster Education Institute a partir de um pequeno escritório em uma casa vitoriana em West Oakland. O instituto recebeu esse nome em homenagem ao superintendente escolar de Oakland que foi estupidamente assassinado por membros do Exército Simbionês de Libertação em 6 de novembro de 1973. Sua missão era

*image
not
available*

Steele convidou Harris para ir até seu apartamento na rua Ashbury, quase esquina com a rua Haight, no quarto andar de um prédio sem elevador. Em meio a queijos e vinhos, elas digitaram a biografia de Harris, e Steele pediu seus contatos, as pessoas que formariam sua base de voluntários e doadores. Ela os guardou em um planner Filofax, que em 2002 era basicamente um caderno. Com o passar do tempo, o caderno teve que ser substituído por um PalmPilot.

Para mostrar que era uma candidata séria, Harris precisava arrecadar dinheiro. Steele conhecia pessoas que poderiam ajudar nisso. Ela trabalhava como consultora política para Susie Tompkins Buell, uma mulher que é o protótipo da história de sucesso da Califórnia. Tinha 21 anos e trabalhava em um cassino de Lake Tahoe quando deu carona a uma pessoa que fazia sinal, Doug Tompkins. Eles se casaram em 1964, criaram as icônicas linhas de vestuário North Face e Esprit e se separaram em 1989. Susie Tompkins não se interessava muito por política, mas ouvira falar de um jovem candidato a presidente chamado Bill Clinton. Na viagem de Tahoe a São Francisco, ela resolveu parar no meio do caminho, em Sacramento, e compareceu a um evento de arrecadação de fundos para o governador do Arkansas organizado pelo incorporador imobiliário Angelo Tsakopoulos. Como contou o *Los Angeles Times* ^[100], ela ficou tão comovida pela descrição de Clinton da dura pobreza que ele viu ao longo da campanha e pela visão dele de como talvez, após 12 anos com Ronald Reagan e George H. W. Bush na Casa Branca, uma administração democrata esclarecida pudesse ajudar que fez um cheque de cem mil dólares no dia seguinte. Através de Bill Clinton, Susie Tompkins conheceu Hillary Clinton, e as duas se tornaram muito amigas. Susie Tompkins e Mark Buell, que tinham sido amigos de ensino médio, se reconectaram e se casaram em 1996. Susie Tompkins Buell fundou a WomenCount e doou os primeiros dez mil dólares para a Emerge California.

A primeira tarefa de Steele como captadora de fundos foi organizar um encontro de Harris com Mark Buell, um executivo do ramo

*image
not
available*

“Talvez o mais alarmante de tudo seja a animosidade agora irreparável entre o departamento de polícia e o Ministério Público Estadual, que deveriam estar trabalhando em conjunto para combater o crime em vez de se combater mutuamente.”

Como Harris descobriria, cumprir essas promessas todas seria difícil, sobretudo a que dizia respeito a acabar com a animosidade entre o Ministério Público Estadual e a polícia.

Mas primeiro ela precisava ganhar.

Mark Buell, o presidente de sua campanha de arrecadação de fundos, estava ali para ajudar — recordando que não era difícil. Harris era uma candidata atraente, cheia de energia, rápida, nitidamente parte de uma nova geração de líderes para uma cidade que precisava de transformação política. Quando falava com alguém, fazia contato visual, sem ficar olhando em volta da sala à procura da figura mais importante. Ela fazia todos com quem falava se sentirem a pessoa mais importante no local.

“Ela é uma boa política. Sabe como se encaixar na maioria das situações”, disse Buell.

Em um bombardeio de reuniões, eventos para angariar fundos e telefonemas nas últimas seis semanas de 2002, Harris levantou 100.560 dólares. Em conformidade com as restrições de financiamento de campanha, o teto das doações individuais era quinhentos dólares. A arrecadação foi impressionante para uma candidata de primeira viagem e claramente suficiente para provar que ela era uma séria desafiante. Foi um assunto de família: a irmã Maya Harris, o cunhado Tony West e, claro, a mãe, Shyamala, doaram cada um quinhentos dólares. Entre os primeiros doadores estavam muitos dos bacanas que ela teria encontrado em reuniões sociais: membros da família Pritzker, cujo dinheiro vinha da cadeia de hotéis Hyatt; membros da família Getty; Charles Schwab, da corretora de investimentos de mesmo nome; e a família Fisher, da Gap. Promotores desencantados com Hallinan também doaram em peso.

*image
not
available*

antes da primeira terça-feira após a primeira segunda-feira de novembro.

“Não me interessa se Willie Brown é ex-namorado de Kamala”, dizia a mensagem, citando uma mulher. “O que me incomoda é que Kamala aceitou duas indicações de Willie Brown para conselhos estaduais em tempo parcial muito bem remunerados — entre eles um para o qual ela não tinha formação. (...)”

Harris rapidamente respondeu gravando uma ligação automatizada que avisava os eleitores de uma “brincadeira” que eles estariam recebendo e explicando que usou suas posições nos conselhos para fornecer benefícios a casais gays e ajudar a manter um hospital aberto. Harris estava se mostrando habilidosa na arte da guerra política. Tirou o segundo lugar de Fazio e enfrentaria Hallinan na disputa em dezembro.

Para o mundo exterior, São Francisco provavelmente é mais conhecido por sua movimentada Chinatown, pelos cafés de North Beach, pela ponte Golden Gate e pelos bondinhos, ou talvez pelas pessoas que não têm onde dormir a não ser em calçadas, passagens subterrâneas de autoestradas e terrenos baldios. É tudo isso. Mas os bem informados também sabem que em São Francisco se faz uma política muito agressiva. Os políticos que se dão bem em São Francisco sabem vencer. Não é coincidência que alguns dos atores atuais e antigos mais duros da nação, entre eles a presidente da Câmara Nancy Pelosi, Willie Brown, a senadora Dianne Feinstein, o governador Gavin Newsom, John e Phillip Burton, a antiga senadora Barbara Boxer e Kamala Harris, todos tenham raízes em São Francisco.

Nenhuma corrida em São Francisco seria completa sem fortes cotoveladas. Enquanto Harris e Hallinan faziam campanha, Kimberly Guilfoyle, então casada com o candidato a prefeito Gavin Newsom e de licença do Ministério Público Estadual, deu uma na direção de

*image
not
available*

POLICIAL ABATIDO

Em sua campanha de 2003 para o Ministério Público de São Francisco, Kamala Harris prometeu aos eleitores nunca pedir a pena de morte, por mais hediondo que fosse o crime. Ela enfrentou o primeiro teste dessa promessa três meses depois de prestar o juramento do cargo. A decisão afetou sua carreira por muitos anos.

Por volta das 21h30 ^[114] do dia 10 de abril de 2004, o policial de São Francisco Barry Parker parou um Crown Victoria cinza descaracterizado perto de uma loja de bebidas que vendia cerveja e vinho com desconto na esquina da Third Street com a Newcomb Avenue no distrito de Bayview. Seu parceiro, Isaac Espinoza, estava no banco do carona.

“Woo, woo”, gritou um olheiro, sinalizando a outras pessoas envolvidas em transações ilícitas que a polícia chegara.

Os bondinhos não iam à região de Bayview-Hunters Point. Aquela era uma cidade diferente da que os turistas e as pessoas elegantes de Pacific Heights veem. Em Bayview-Hunters Point, as gangues mandavam em muitas ruas, a ponto de partes dos bairros serem chamadas de zona de guerra.

Dois jovens pareceram assustados quando o Crown Victoria se aproximou. Um dos homens usava um casaco, embora a noite estivesse mais quente que o normal. Espinoza iluminou o rosto do

*image
not
available*

A Associação dos Policiais de São Francisco endossara a candidatura de Harris, ciente de que ela se opunha à pena de morte. Mas Gary Delagnes, presidente da organização, falou no funeral: “Isaac Espinoza pagou o preço derradeiro [123]. (...) E falo em nome de todos os meus colegas policiais quando exijo que esse assassino pague o preço derradeiro.” Isso deve ter magoado Harris, mas piorou quando Feinstein levantou-se para falar.

Na adolescência e na juventude, Feinstein pensava em ser atriz. Embora tenha desistido da carreira dramática pela política, conservou um dom para o teatro. Na Catedral de Saint Mary, a experiente senadora federal pela Califórnia deixou de lado a fala previamente preparada.

“Esta não é apenas a definição [124] de uma tragédia, mas a circunstância especial evocada pela lei da pena de morte”, foram as palavras de Feinstein aos ouvintes, citadas pelo *Chronicle*. Uma democrata voltou-se contra outra em seu momento de vulnerabilidade, em uma igreja católica. Foi uma reviravolta extremamente brutal até para os padrões de São Francisco.

“Dava para sentir o choque [125]. Essa é a palavra que mais se aproxima”, recordou Lockyer, que se encontrava presente.

Muitos ali, especialmente os policiais, levantaram-se e aplaudiram Feinstein; Harris permaneceu sentada. Após a cerimônia, Feinstein disse a jornalistas que provavelmente não teria apoiado Harris em sua campanha para promotora de justiça se tivesse sabido da oposição dela à pena capital, não que Harris tivesse escondido sua posição.

Feinstein tinha a própria história [126] com a pena de morte e atuara nela de forma muito diferente. Como candidata a governadora em 1990, Feinstein apareceu diante de partidários na Convenção do Partido Democrata da Califórnia, um grupo decididamente progressista, e proclamou seu apoio à pena capital. Era, disse ela então, “um problema que não pode ser tratado de forma evasiva”. Ativistas do partido vaiaram-na. Mas, sabendo que a grande maioria dos

*image
not
available*

“Sunnydale, também chamado ‘Dale’ [128], ou ‘O Pântano’, é coberto de garrafas e lixo”, disse Leslie Fulbright em uma reportagem especial de 2008 para o *Chronicle*. “Não há jardins, só grama alta e moitas de mato. Há fraldas sujas penduradas nas árvores. Baratas e ratos correm dentro dos prédios. Algumas pias são pretas de tanto mofo.”

Pichações cobriam as paredes de suas 785 unidades, dezenas das quais tinham sido fechadas com tapumes, embora isso não tenha impedido os invasores de se instalarem ali para morar.

Sunnydale era governado por gangues de rua. A Procuradoria Municipal reagiu com medidas cautelares antigangues, e os federais atingiam os chefões do complexo com ações da lei de combate ao crime organizado.

Como promotora de justiça, Harris tentou sua própria abordagem. Dizia reiteradamente rejeitar os conceitos de ser dura com o crime ou mole com o crime. Declarava ser “esperta com o crime”. Além de fazer a acusação em ações penais que a polícia trazia para seus assistentes, ela tentava se envolver e em mais de uma ocasião foi a Sunnydale à noite, acompanhada de seus promotores mais importantes que atuavam em processos contra gangues, médicos da emergência do Hospital Geral de São Francisco e, sabiamente, uma escolta policial.

Era uma espécie de abordagem “para assustar”.

As sessões eram frequentadas por até 15 jovens “em situação de risco” no salão comunitário do conjunto habitacional. Harris fazia um pequeno discurso introdutório, seguido por uma apresentação feita pelos médicos, que mostravam aos membros da plateia o que provavelmente acontecia quando vítimas de tiroteio chegavam à sala de emergência com a barriga aberta por ferimentos à bala. Então os promotores tomavam a palavra para explicar a todos o que as pessoas podiam esperar da experiência de passar anos atrás das grades se fossem pegas e condenadas pela carnificina captada nas fotografias. O que interessa é não se meter em encrenca, para começo de conversa, dizia Harris.

*image
not
available*

lei foi aprovada e sancionada. “Eu só queria que essas crianças [134] fossem à escola, e estou preparada para ser a vilã”, declarou Harris na época.

Como procuradora-geral, Harris produziu relatórios anuais detalhando o problema. O primeiro relatório mostrou que 29% dos alunos do ensino fundamental matavam aula regularmente. Essa taxa caiu para 25% quando ela publicou seu último relatório. Alguns condados de fato mandaram pais para a cadeia. Na campanha presidencial de 2019, Harris recebeu críticas da esquerda pela lei que defendeu e afirmou que lamentava que quaisquer pais tivessem ido para a cadeia. O sucessor de Harris, o procurador-geral Xavier Becerra, discretamente parou de publicar os relatórios sobre o absenteísmo escolar quando assumiu o cargo. Mas a lei da Califórnia ainda dá direito aos promotores de acusarem criminalmente pais de cabuladores de aula contumazes do ensino fundamental.

*image
not
available*

Quando Harris concorreu à presidência, um repórter da *Politico* perguntou-lhe sobre continuar o legado de Obama.

“Tenho o meu próprio legado” ^[140], disse ela ao repórter.

*image
not
available*

reeleição em 2006, ele havia passado para o centro e tornou-se um guerreiro na luta pela energia alternativa e contra as mudanças climáticas. Schwarzenegger explicou a verdade brutal em uma Convenção do Partido Republicano da Califórnia de 2007, na cidade de Indian Wells no deserto: “Usando termos de cinema [143], estamos morrendo na bilheteria. Não estamos preenchendo os lugares.”

Repórteres que faziam a cobertura do evento descreveram uma reação quase silenciosa. O partido que produzira Richard Nixon, Ronald Reagan, George Deukmejian e Pete Wilson estava em descompasso com os eleitores da Califórnia nas questões do controle de armas, do meio ambiente, do aborto, do casamento entre pessoas do mesmo sexo e, especialmente, da imigração. Os latinos, o segmento da população da Califórnia que crescia mais depressa, virou-se contra o Partido Republicano depois que Wilson venceu a reeleição de 1994 defendendo a bandeira da Proposta 187, uma iniciativa que prometia acabar com todos os serviços financiados pelo governo para imigrantes sem documentação, incluindo educação pública e *home care*. A proposta era, em seu cerne, um ataque aos novos americanos e às suas famílias. O Partido Republicano da Califórnia está em queda desde então. Em 2010, tornara-se um casco enferrujado; meros 31% dos eleitores se registravam como republicanos. Agora que é o partido de Donald J. Trump, o registro no Partido Republicano é inferior a 25% na Califórnia.

Imaginando ressuscitar o partido, Wilson recrutou candidatos de todo o estado para a eleição de 2010: um jovem negro para secretário de estado, um latino para vice-governador. A milionária do Vale do Silício Meg Whitman foi escolhida para disputar o governo do estado e substituir Schwarzenegger. Ela gastaria 159 milhões de dólares, a maior parte do próprio bolso. Para procurador-geral, Wilson recrutou Steve Cooley, o promotor de justiça no terceiro mandato pelo Condado de Los Angeles.

Na abordagem, na atitude e na aparência, Kamala Harris e Steve Cooley não podiam ser mais diferentes. A promotora de justiça de São

*image
not
available*

acusações. A questão não estava encerrada. Trulove, que passara oito anos atrás das grades, processou a polícia e a municipalidade, mas não Harris, alegando ter sido vítima de armação dos policiais, e um júri federal concedeu-lhe uma indenização [153] de 14,5 milhões de dólares em 2018. Em março de 2019, quando a senadora Harris concorria à presidência, a Câmara de Supervisores de São Francisco [154] encerrou o processo concedendo-lhe uma indenização de 13,1 milhões de dólares.

“Kamala Harris tentou ser progressista [155]. E sou muito grato por isso”, disse Marc Zilversmit, o advogado de Trulove no julgamento do recurso. “Em uma época em que ser progressista em crime era polêmico, ela colocou em prática algumas dessas boas ideias. Ela poderia ter feito muito mais.”

Em sua ascensão a postos mais elevados, Harris invocaria a própria experiência como procuradora e o próprio sucesso. Era o seu cartão de visita. Mas o cargo foi uma faca de dois gumes, e a condenação injusta de Jamal Trulove assombra sua época como promotora de justiça de São Francisco.

Harris acabou enfrentando cinco oponentes democratas nas primárias, todos homens. Quanto mais homens, maior a probabilidade de um resultado feliz para a única mulher na disputa. Os cinco sujeitos iriam corroer as fontes de apoio uns dos outros, e Harris se destacaria. Uma candidata potencial foi Jackie Speier, uma congressista democrata de Hillsborough, sul de São Francisco, que comunicou no início de 2010 estar pensando em concorrer. Como jovem assessora parlamentar, Speier acompanhou seu chefe, o congressista Leon Ryan, à Guiana em 1978, quando ele investigou Jim Jones e sua seita do Templo do Povo. Ryan foi assassinado naquela viagem, e Speier foi ferida em uma série de acontecimentos medonhos que levaram ao suicídio em massa e ao assassinato de mais de novecentas pessoas. Speier ainda conserva no corpo chumbo desse ataque. Na Legislatura do Estado da Califórnia e

*image
not
available*

receber uma pensão anual de 292 mil dólares. Com o salário de procurador-geral, Cooley poderia receber 425 mil dólares se vencesse. As pensões eram uma questão tempestuosa na época, especialmente no sul da Califórnia. As autoridades estavam investigando Bell [157], uma cidade pobre no Condado de Los Angeles, com 37 mil habitantes e povoada por imigrantes, onde os líderes municipais vinham saqueando o tesouro. O administrador da cidade recebia um salário anual de 787.637 dólares e tinha probabilidade de receber uma pensão polpuda. O escândalo de Bell foi manchete. Cooley não estava fazendo nada de errado. Na verdade, seu gabinete estava supervisionando a investigação de corrupção de Bell. Eastman acabou chegando bem atrás em segundo lugar. Mas a questão da pensão de Cooley não passou despercebida.

*image
not
available*

pôr um fim em sua carreira antes de ela poder subir ao palco nacional. Eles também achavam que um procurador-geral republicano na Califórnia serviria de baluarte contra a administração Obama.

O próximo procurador-geral certamente teria que tomar uma posição em relação ao Affordable Care Act, a marca registrada de Obama na política doméstica, fosse promovendo uma ação judicial para desmantelá-lo ou defendendo-o no tribunal. O Comitê de Liderança do Partido Republicano arrecadou mais de trinta milhões de dólares naquele ano, a maior parte doada pela indústria de seguros de saúde e por outros grupos afetados pela lei de acesso à saúde. Harris prometeu fazer tudo que pudesse para defender o Affordable Care Act, também conhecido como “Obamacare”. Cooley foi evasivo.

Nos anos que se seguiram, procuradores-gerais republicanos do Texas e de outros estados republicanos seriam os primeiros a abrir processos para invalidar a lei de acesso à saúde, que cobre aproximadamente quarenta milhões de americanos. Sob a gestão de Harris e de seu sucessor, Xavier Becerra, a Califórnia liderou os estados democratas na defesa da lei. Respondendo ao esforço do Comitê de Liderança do Partido Republicano, Obama foi à Califórnia para ajudar Harris, elevando mais o perfil da corrida. Ele disse a uma plateia de Los Angeles que ela era sua “amiga do peito” ^[162] e foi a atração de uma campanha de arrecadação de fundos para ela no rico enclave de Atherton, no sul de São Francisco. Ela foi a única candidata estadual para quem ele angariou fundos na eleição de 2010.

Conforme o dia da eleição se aproximava, Meg Whitman e outros republicanos perderam força. Isso deixou Cooley como o único republicano com uma chance razoável de vencer. Para amarrar essa vitória, o gerente de campanha de Cooley em San Diego, Kevin Spillane, recorreu a um dos marqueteiros republicanos, Joe Shumate, um estrategista que fora consultor de Pete Wilson, John McCain, Arnold Schwarzenegger e do presidente russo Boris Yeltsin em uma campanha retratada no filme *Spinning Boris* (o esguio ator Liev Schreiber fez o papel de Shumate, um homem que era tamanho

*image
not
available*

a bilionária Meg Whitman. Só a corrida Harris-Cooley estava incerta. Na noite da eleição, Cooley declarou-se vencedor. O *San Francisco Chronicle* teve um momento “Dewey derrota Truman” [166] ao publicar uma manchete online declarando que Cooley tinha vencido. Cooley chegou a distribuir broches que diziam PROCURADOR-GERAL COOLEY. Mas a secretaria de estado da Califórnia leva semanas para contar os votos pelo correio e os que aguardavam confirmação. Nos seis condados mais populosos da área da Baía, Harris venceu Cooley de quase dois para um, por uma diferença de 533.500 votos. No Condado de Los Angeles, que deveria ser o bastião de Cooley, ele perdeu por 315 mil votos.

Quando todos os mais de 9,6 milhões de votos foram computados no fim de novembro, Harris tinha vencido por 74.157 votos. Ela se tornou a primeira mulher, a primeira pessoa negra e a primeira pessoa de ascendência indiana a se tornar a principal autoridade policial da Califórnia. A mudança chegara à Califórnia.

*image
not
available*

defesa dos direitos do consumidor, pela proteção do meio ambiente e pela aplicação de leis antitruste. Grande parte do trabalho do departamento é rotineira. Os assistentes defendem o estado contra processos e dão orientação a uma série de conselhos e comissões. Assistentes da divisão criminal defendem condenações asseguradas por promotores de justiça do condado em tribunais estaduais e federais. Um grupo de veteranos de primeira defendia julgamentos de pena de morte.

Dane Gillette trabalhara lá por quase quatro décadas, passando de assistente a coordenador dos processos envolvendo pena de morte para toda a procuradoria, e depois a chefe da divisão criminal. Criado primeiramente nas cidades de Fresno e Madera, no Central Valley, Gillette era o filho republicano de pais e avós republicanos, embora tenha mudado seu registro, declarando-se sem preferência por um partido após desencantar-se com o Partido Republicano durante a presidência de Trump. Como coordenador de pena de morte, Gillette supervisionou cada uma das 13 execuções realizadas entre 1992 e 2006 na Califórnia. A opinião de Harris a respeito da pena capital era conhecida. Mas Gillette nunca sentiu que ela tenha tentado interferir em um processo de pena de morte.

“Ela entendia as questões” [168], disse ele. “Às vezes, se não entendesse bem, fazia perguntas. A gente podia falar com confiança com ela.”

Harris podia ser dura com sua equipe, ríspida e brusca. Também podia custar a tomar decisões políticas. Em dezembro de 2013, Gillette buscava sua aprovação para entrar com uma petição pleiteando a revisão pela Suprema Corte Federal de um caso questionando se o interrogatório feito pela polícia a um suspeito de assassinato era impróprio, depois que este começara invocando seu direito de não se autoincriminar. O tribunal de recursos descartara a confissão. O prazo da apelação se aproximava. Imaginando que Harris concordaria com ele e não tendo tido notícias dela, ele entrou com a petição. Ela ligou para sua casa pouco antes do Natal, enquanto

*image
not
available*

uma posição contra ou a favor de referendos, colocaria seus assistentes e a procuradoria em uma posição incômoda, pois eles cumpriam seus deveres oficiais. Foi uma posição que ela assumiu em outros referendos durante seu mandato como procuradora-geral.

Mas havia muitas razões políticas para não assumir posições sobre referendos. E se um reincidente saísse da prisão e cometesse um crime hediondo? Isso resultaria em um anúncio atacando-a em alguma futura campanha. Era muito mais fácil se esquivar da questão. Alguns dos antecessores de Harris encontraram formas de equilibrar as necessidades de se engajarem como advogados e como políticos. Por exemplo, Dan Lungren, o procurador-geral em 1994, apoiou a lei das *three strikes* original e construiu sua campanha à reeleição no mesmo ano em torno do endosso da iniciativa, ciente de que seus assistentes estariam defendendo a nova lei nos tribunais de recursos depois que ela passasse. Ao contrário de Harris, Lungren não via conflito entre seus deveres oficiais defendendo uma lei no tribunal e seu papel como líder político responsável por informar os eleitores de sua posição em uma medida de grande relevância pública.

A medida para reverter a lei das *three strikes* foi aprovada por uma maioria esmagadora, obtendo quase 70% dos votos. Desde sua promulgação, cerca de três mil reincidentes foram soltos. Relativamente poucos voltaram a ser presos, e nenhum por homicídio. Um que não voltou foi Shane Taylor.

Harris deixou de se posicionar sobre várias outras iniciativas da justiça criminal durante seu mandato, entre elas uma promovida por Gavin Newsom quando era vice-governador, para reduzir as sentenças para delitos envolvendo drogas e crimes contra a propriedade, e uma promovida pelo governador Jerry Brown, dando chance de liberdade condicional a criminosos que estivessem cumprindo penas longas se seguissem as regras carcerárias tendo aulas e aprendendo um ofício.

*image
not
available*

de cloreto de potássio. Robert Lee Massie, o último cidadão [\[172\]](#) de São Francisco a ser executado, talvez estivesse consciente e sentindo dor quando a segunda e a terceira drogas foram ministradas em março de 2001, sugerem os registros.

À medida que o processo da injeção letal se arrastava, o juiz federal Cormac J. Carney, uma nomeação do presidente George W. Bush, considerou o caso de Ernest Dewayne Jones [\[173\]](#). Jones estava no corredor da morte havia 19 anos em 2014, tendo sido condenado pelo estupro seguido de morte da mãe de sua namorada. Carney já vira o bastante. Em uma ordem de 29 páginas emitida em 2014, ele detalhou os muitos passos subentendidos no sistema de pena de morte, descrevendo as idas e vindas de um processo típico por tribunais estaduais e federais. Registrou quão poucos presos condenados eram executados e quantos haviam morrido de outras causas. Na época, o estado teria que realizar mais de uma execução por semana durante 14 anos para conseguir esvaziar o corredor da morte. E a Califórnia não tinha nenhum protocolo de execução aprovado.

“Atraso excessivo e imprevisível resulta em um sistema de pena de morte em que muito poucos das centenas de indivíduos sentenciados à morte foram, ou mesmo serão, executados pelo Estado”, escreveu ele. “Isso resulta em um sistema em que fatores antes arbitrários do que legítimos, como a natureza do crime ou a data da sentença de morte, determinem se um indivíduo será de fato executado. E resulta em um sistema que não serve a nenhum propósito penológico. Tal sistema é inconstitucional.”

Carney concluía que a pena de morte era inconstitucional porque ninguém estava sendo executado. Se sua ordem durasse, ela poderia significar o fim da pena capital na Califórnia. A procuradora-geral Harris tinha uma escolha. Poderia ter decidido que o juiz Carney estava correto e não apelado, como parte de um esforço para dar o tiro de misericórdia na pena de morte. Isso teria animado os

*image
not
available*

execução, um painel de 11 jurados do Tribunal de Recursos da 9ª Circunscrição dos Estados Unidos interveio e barrou sua execução. Essa decisão colocou o processo de Cooper em espera. Seus advogados, os assistentes e a Procuradoria-Geral estão há anos desde então batalhando por causa do exame de DNA.

Em 17 de maio de 2018 [[181](#)], o colunista do *New York Times* Nicholas Kristof escreveu um artigo de 3.500 palavras detalhando as muitas perguntas sobre a condenação de Cooper e destacou o governador Jerry Brown, que como procurador-geral recusou-se a solicitar o exame de DNA, e Kamala Harris, que também não agira:

Parece que um inocente foi vítima de uma armação feita pelos assistentes da autoridade policial e está agora no corredor da morte em parte por causa de policiais desonestos, da cobertura sensacionalista da mídia e de líderes políticos equivocados — incluindo democratas como Brown e Kamala Harris, que era procuradora-geral antes de ser eleita para o Senado. Ambos se recusaram a permitir a realização de exame de DNA para um homem negro condenado por esfaquear até a morte uma bela família branca.

Depois que a coluna foi postada online, relatou Kristof, Harris ligou e disse “Eu me sinto péssima por isso” e divulgou uma nota instando Brown a permitir o exame. Na véspera de Natal de 2018, pouco antes antes do fim de seu mandato, Brown concordou em ordenar o exame, embora sua ordem não contemplasse o exame completo que os advogados de Cooper solicitaram. Em 2019, o governador Newsom expediu uma ordem expandindo esse exame. Nos meses seguintes, investigadores descobriram que amostras de sangue haviam desaparecido ou estavam tão degradadas que eram inconclusivas, com exceção de uma toalha ensanguentada encontrada não longe da casa dos Ryens. O DNA mostrou que o sangue não era de Cooper. Os advogados de Cooper esperam por um indulto de Newsom ou por

SINOS DE CASAMENTO

No início, Kamala Harris teve uma participação insignificante na marcha histórica que levou à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo nos Estados Unidos. Foi Gavin Newsom que foi para o centro do palco e se tornou o herói do movimento pelo casamento igualitário durante seu mandato como prefeito de São Francisco. Nos dias que antecederam o fim de semana do dia dos namorados de 2004, Newsom atraiu atenção internacional, muita aprovação e muita crítica ao decretar que a cidade e o Condado de São Francisco reconheceriam o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Harris, a recém-empossada procuradora-geral, estava a caminho do aeroporto quando viu a multidão em fila diante da prefeitura, saltou do carro, e logo lhe foi delegada a função de celebrante auxiliar.

“Ficamos juntos celebrando [182] casamentos no corredor apinhado da Prefeitura”, diz Harris em sua autobiografia, *The Truths We Hold*. “Havia toda uma empolgação maravilhosa crescendo enquanto acolhíamos as multidões de casais apaixonados, um por um, para se casarem ali mesmo. Foi diferente de tudo de que eu já tinha participado antes. E foi lindo.”

Harris e Newsom eram jovens estrelas em ascensão, ocupando um espaço político semelhante e atraindo muitos dos mesmos benfeitores. Os noticiários dessa época descrevem a relação dos dois como fria.

Um dia, talvez se vissem disputando um com o outro. Nesse meio-tempo, Newsom soube como fazer manchetes. Em 20 de janeiro de 2004, 12 dias depois de sua posse como prefeito de São Francisco, a convite de Nancy Pelosi, congressista de sua cidade natal, então líder da minoria na Câmara, ele assistiu ao discurso do Estado da União proferido pelo presidente George W. Bush.

“Nossa nação precisa defender a santidade do casamento”, disse Bush ao Congresso, levantando a perspectiva de uma emenda constitucional que definiria o casamento como sendo a união entre um homem e uma mulher.

Como os assessores de Newsom mais tarde contaram a história, o novo prefeito decidiu então que iria desafiar normas sociais orientando-os a tomar as medidas necessárias para emitir licenças de casamento para casais do mesmo sexo. A ideia era ousada, é certo, mas não inédita. Já havia um esforço público em curso em São Francisco para legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Em 2003, o deputado Mark Leno, amigo de Harris e um democrata de São Francisco que é gay, trabalhava com advogados na Equality California, organização de direitos LGBTQ que era a principal defensora do casamento igualitário, em um projeto de lei que levasse, esperavam eles, à legalização.

Em 15 de janeiro de 2004, o *Bay Area Reporter*, uma publicação dirigida à comunidade LGBTQ, noticiou em primeira mão que Leno apresentaria o projeto de lei em Sacramento. Seria o primeiro na nação e quase certamente ganharia atenção nacional. Sua chance de sucesso era pequena. Líderes do partido instaram Leno a aguardar. Mas ele foi em frente, entregando o projeto de lei aos funcionários da Assembleia em 12 de fevereiro de 2004. A data era significativa. Era o Dia Nacional da Liberdade para Casar, uma data em que casais do mesmo sexo iam até os oficiais de justiça para solicitar licenças de casamento, tinham o pedido negado e depois protestavam.

Newsom estava prestes a tomar uma providência que relegaria a lei de Leno a uma nota de rodapé. Naquele mesmo dia, citando o direito

constitucional da Califórnia que garante igual proteção para todos, ele orientou as autoridades do condado a começarem a expedir licenças de casamento para parceiros do mesmo sexo. Quando a notícia se espalhou, centenas de casais trajando vestidos de noiva, smokings, bermudas, camisetas e jeans se encontraram no belo edifício estilo Beaux-Arts onde fica a prefeitura. Alguns vieram de avião de outras partes do país.

Gavin Newsom firmara sua posição de pioneiro da justiça social.

Seus colegas democratas, entre eles o congressista democrata de Massachusetts Barney Frank, que é gay, e a senadora Dianne Feinstein, uma dos antecessores de Newsom, ficaram estupefatos.

“É demais. Rápido demais. Cedo demais” [183], disse Feinstein na época.

John Gibson, na época apresentador da Fox News e antigo jornalista de São Francisco, chamou Newsom de “prefeito do casamento gay de São Francisco” [184], comentando que milhares de casais do mesmo sexo haviam se casado e descrevendo aquilo como um “lollapalooza do casamento”.

Na época, a lei definia casamento como sendo a união entre um homem e uma mulher. Esse foi o resultado de uma iniciativa, a Proposta 22, aprovada pelos eleitores em 7 de março de 2000 por uma margem de 61% a 39%. Significativamente, a Proposta 22 criou um estatuto, não uma emenda à Constituição da Califórnia, e isso provaria ser sua ruína mais tarde na ação judicial.

Mas primeiro a Suprema Corte da Califórnia, citando esse estatuto, agiu para pôr fim aos casamentos entre pessoas do mesmo sexo em 12 de agosto de 2004. O tribunal não tocou na questão de se o casamento era um direito. Em vez disso, os juízes emitiram uma sentença estreita, concluindo que, se autoridades locais podiam ignorar a lei estadual sobre o casamento como uma violação à Décima Quarta Emenda, podiam com a mesma facilidade ignorar leis proibindo, digamos, fuzis de assalto como uma violação à Segunda Emenda. A argumentação dos juízes foi:

Se cada autoridade pública ^[185] que esteja sob um dever estatutário de realizar um ato ministerial fosse livre para realizar esse ato com base apenas na visão da autoridade de que o estatuto subjacente é inconstitucional, qualquer semelhança com um Estado de direito uniforme rapidamente desapareceria, e exigir-se-ia constante e generalizada intervenção judicial para permitir o funcionamento dos mecanismos comuns de governo. Isso, obviamente, não é o sistema de direito com que estamos familiarizados.

Essa decisão não seria a última palavra. Os recursos continuariam por uma década. A promotora de justiça de São Francisco Kamala Harris não tinha um papel nessa questão na época, mas isso logo mudaria.

Antes que o tribunal pusesse um ponto final nos casamentos entre pessoas do mesmo sexo em 2004, cerca de 18 mil casais se casaram na Califórnia. Por todo o estado e por toda a nação, advogados entravam com petições no que achavam que seria o processo definitivo sobre o casamento igualitário. A promotora de justiça Harris não estava entre eles; isso não era da sua competência. Seu trabalho era processar criminosos, não defender os atos do prefeito ou do funcionário do condado que expedia licenças de casamento.

A questão constitucional do estado chegou à Suprema Corte da Califórnia em maio de 2008. O chefe de justiça da Suprema Corte, Ronald George, estava esperando. George empossara Harris como promotora de justiça em 8 de janeiro de 2004, sob o olhar orgulhoso de sua mãe, Shyamala. Ninguém podia questionar as credenciais da lei e da ordem de George. Como vice-procurador-geral no início dos anos 1970, ele defendeu o estatuto da pena de morte perante a Suprema Corte da Califórnia, e foi o governador Ronald Reagan quem primeiro o nomeou para a magistratura. Como juiz de tribunal superior em Los Angeles em 1981, George designou o procurador-

geral republicano George Deukmejian para fazer a acusação na ação penal contra Angelo Buono por dez estupros seguidos de morte no que foi conhecido como o processo do “Estrangulador de Hillside”, depois que o promotor de justiça do Condado de Los Angeles John Van de Kamp concluiu que o primo e acusador de Buono, Kenneth Bianchi, era uma testemunha não confiável e recusou-se a prosseguir. Buono foi condenado e morreu na prisão em 2002. O governador republicano Pete Wilson nomeou George como chefe de justiça em 1996.

Em 15 de maio de 2008, George redigiu o acórdão de 221 páginas com o voto vencedor seguido pela maioria na decisão de quatro votos a três. “Em vista da substância [186] e do significado do direito constitucional fundamental a formar uma relação de família, a Constituição da Califórnia corretamente deve ser interpretada para garantir esse direito civil básico a todos os californianos, sejam gays ou heterossexuais, e a casais do mesmo sexo bem como a casais de sexos diferentes.” A Proposta 22 criou um estatuto que violava a Constituição da Califórnia. A decisão foi uma vitória inequívoca para o casamento igualitário.

Os conservadores religiosos tinham outras ideias em mente. A Organização Nacional para o Casamento, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, os Cavaleiros de Colombo e bispos católicos, entre outros defensores do que chamavam de “casamento tradicional”, pagaram coletores de assinaturas para reunir 1,12 milhão de assinaturas de eleitores registrados. Duas semanas após a Suprema Corte do estado ter publicado sua deliberação no processo da Proposta 22, as autoridades eleitorais da Califórnia anunciaram o que se tornaria a Proposta 8. Essa nova proposta, que tinha os requisitos para entrar na votação de 4 de novembro de 2008, derrubaria a decisão da Suprema Corte da Califórnia emendando a Constituição da Califórnia para dizer: “Só o casamento entre um homem e uma mulher é válido e reconhecido na Califórnia.”

A campanha do “Sim à Proposta 8”, que proibia o casamento entre pessoas do mesmo sexo, arrecadou e gastou mais de 43 milhões de dólares. Usando o medo de que o casamento entre pessoas do mesmo sexo fosse prejudicial aos filhos, o dinheiro pagou anúncios em que uma garotinha chega em casa da escola e conta para a mãe, que fica horrorizada: “Mamãe, adivinha o que eu aprendi na escola hoje? Aprendi como um príncipe se casou com um príncipe.”

“O ensino sobre o casamento gay acontecerá a menos que aprovemos a Proposta 8.”

A promotora de justiça Harris manifestou-se contra a Proposta 8. Sua irmã, Maya Harris, então diretora da União pelas Liberdades Civis [ACLU na sigla em inglês] do norte da Califórnia, estava diretamente envolvida na campanha para derrotar essa proposta. Maya Harris e líderes da Equality California escolheram a equipe da campanha e arrecadaram 42 milhões de dólares para o esforço. A ACLU do norte da Califórnia entregou mais de dois milhões de dólares.

Newsom e os prefeitos de San Diego e Los Angeles fizeram campanha contra a Proposta 8. Feinstein emprestou sua voz à oposição, assim como a senadora Boxer e o governador Schwarzenegger. A Associação dos Professores da Califórnia doou 1,3 milhão de dólares para sua derrota. Figuras de Hollywood, como David Geffen, Brad Pitt e Ellen DeGeneres, doaram cem mil dólares cada um, assim como líderes do Vale do Silício, entre eles Sergey Brin, cofundador do Google.

Na noite da eleição de 2008, os democratas tinham muito a comemorar. Ganharam 21 cadeiras na Câmara dos Deputados, o suficiente para fazer de Nancy Pelosi a presidente da Câmara. Os democratas no Senado Federal obtiveram sessenta cadeiras, um número à prova de obstrução. E o mais importante: Barack Obama tornou-se presidente. Na Califórnia, Obama deu uma surra no senador John McCain, o republicano do Arizona, por uma margem de 61% a 37%. Mas a Califórnia continuava sendo muitos estados.

Mais de 75% [187] dos eleitores em São Francisco votaram contra a Proposta 8. Mas uma maioria de eleitores em 42 dos 58 condados da Califórnia, incluindo os centros populacionais dos condados de Los Angeles, Orange e San Diego, apoiaram a medida. A Proposta 8 foi aprovada por 52,3% a 47,7%.

“Sondamos o estado da Califórnia inteiro [188], condado por condado, perguntando cara a cara às pessoas como se sentiam em relação a essa questão”, contou ao *Los Angeles Times* Frank Schubert, o estrategista do “Sim à Proposta 8”. “E esse é o tipo da questão sobre o qual as pessoas são muito individuais e privadas e não gostam de falar com pesquisadores; elas não gostam de falar com a mídia, mas tivemos uma ideia bem boa de como se sentiam, e isso está sendo refletido na contagem dos votos.”

Os opositores foram para o tribunal.

Procuradores-gerais têm a obrigação de defender as leis do estado, a despeito de suas visões filosóficas. Mas há exceções.

O procurador-geral Jerry Brown, um opositor da Proposta 8, imaginou um jeito de forçar a barra, lembrando de como seu pai, Pat Brown, e o procurador-geral Stanley Mosk recusaram-se a defender a Proposta 14, a iniciativa de 1964 que rejeitou a lei da moradia justa da Califórnia.

Em uma petição de 111 páginas apresentada no fim de 2008, Jerry Brown instou a Suprema Corte da Califórnia a derrubar a Proposta 8. Seu argumento: o casamento é protegido como parte do direito inalienável à liberdade e à privacidade, ambos embutidos na Constituição da Califórnia. O poder de emendar a Constituição, como aconteceu com a Proposta 8, não podia ser usado de formas que invalidassem um direito inalienável.

Para Brown, havia uma vantagem política para não defender a Proposta 8. Brown estava planejando abrir mão do cargo de procurador-geral e concorrer a governador em 2010, recuperando o cargo que ocupou quando jovem de 1975 a 1983. Estava tomando